

Congresso aprova nova regra fiscal da economia

FIM DO TETO DE GASTOS

ARCABOUÇO APROVADO
Câmara dá aval à nova regra fiscal. Governo agora tenta viabilizar medidas para elevar receitas

MANOEL VENTURA E VICTÓRIA AREI

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o novo marco para as contas públicas, que vai substituir o teto de gastos na definição das regras para o crescimento das despesas federais. Os deputados analisaram apenas as alterações feitas pelo Senado no projeto do arcabouço fiscal. Aprovado, o projeto vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar da vitória, o governo ainda não tem o jogo ganho nas medidas que mantém as metas do arcabouço em pé e garantem o aumento de receitas necessário para zerar o déficit em 2024, como prometeu o Ministério da Fazenda.

A nova regra fiscal autoriza o aumento dos gastos acima da inflação, diferentemente do teto de gastos. O crescimento real, acima da inflação, vai variar entre 0,6% e 2,5% todos os anos, a depender do crescimento da arrecadação. Por isso, a alta das receitas é importante para a regra.

A Câmara acatou mudanças feitas pelo Senado, como a retirada do Fundo de fundo da educação básica, e o Fundo do Distrito Federal do limite de gastos. Por outro lado, gastos com ciência e tecnologia em geral voltaram para dentro da regra.

CÂMARA VETA MUDANÇA
A principal mudança rejeitada pela Câmara trata do cálculo da inflação que servirá de base para o arcabouço fiscal no próximo ano. A pedido da ministra do Planejamento, Simone Tebet, os senadores incluíram artigo que permitia ao governo enviar, na proposta de Orçamento de 2024, o valor das despesas considerando a projeção da inflação até o fim do ano — e não apenas nos 12 meses encerrados em junho.

Isso abriria espaço fiscal de até R\$ 40 bilhões para o Executivo gastar no próximo ano. Mas o governo montou um plano B. Enviou uma mudança na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com o mesmo teor. E isso deve ser suficiente para montar o Orçamento de 2024 considerando esses valores. Embora a LDO ainda



Regra segue para sanção. O governo obtém vitória na Câmara. O desafio agora será aprovar medidas que garantam a elevação de receitas, como taxaço de fundos exclusivos e offshore

não tenha sido aprovada, o projeto do governo deve servir de base para a proposta de Orçamento do próximo ano, que precisa ser enviada até o dia 31 deste mês.

— A solução está dada, resolvida. Principalmente porque a cada ano o governo tem que mandar LDO e tem que mandar o Orçamento. Então, essa não é uma matéria do regime fiscal. Portanto, isso está solucionado — disse o relator do arcabouço, Cláudio Cajado (PP-BA).

Mas se já existe solução política para driblar a questão do Orçamento, o quadro não é tão claro no que se refere a medidas de aumento de receitas para dar sustentabilidade ao novo arcabouço e que precisam do aval dos parlamentares. A dificuldade ficou escancarada ontem, com a resistência do Congresso em votar a taxaço das offshore (contas em paraísos fiscais). A arrecadação com essa tributação, de cerca de R\$ 4 bilhões, foi desenhada para compensar o aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda

da Pessoa Física (IRPF), para R\$ 2.640. A compensação é exigência da LDO deste ano.

NÃO HAVIA COMBINAÇÃO

A medida está em linha com outras propostas que o ministro Fernando Haddad vai apresentar este ano, como mudanças nos fundos exclusivos (fechados para alta renda, que têm tributação diferente dos demais fundos de investimento). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou crise com o governo por causa do assunto.

— Não existe crise. O que existiu foi que não havia combinação. Nenhum líder soube da transposição de uma medida provisória para outra. Isso não foi discutido com o presidente Pacheco (Rodrigo Pacheco, presidente do Senado), com o presidente Arthur, nem com nenhum líder partidário da Câmara. Não é possível se fazer dessa maneira — disse.

Para superar o impasse, o governo negociou com deputados retirar a tributação das offshore da medida provisória (MP) do salário mínimo e

reenviá-la por meio de um projeto de lei, como queriam Lira e Pacheco. O projeto deve ser enviado ao Congresso com urgência constitucional, o que faz com que tranque a pauta após 45 dias do seu envio.

Por trás do impasse está ainda a indefinição de Lira para a reforma ministerial que levará o PP e o Republicanos para o governo. A questão das offshore

é considerada uma medida "de governo" na Câmara, diferentemente do arcabouço fiscal (cuja percepção é que se trata de uma medida necessária para o país, de Estado). Por isso, seguindo essa avaliação, o governo precisaria mobilizar uma base que ainda não está consolidada. A pedido do governo, as mudanças no IR e nos fundos offshore foram inseridas na MP que trata do salário mínimo. Essas medidas vencem em 28 de agosto — ou seja, precisam ser votadas até segunda-feira na Câmara e no Senado para não perder a validade.

Para contornar o problema, o aumento do salário mínimo para R\$ 1.320, a criação de uma política permanente de valorização do piso (que seria corrigido pela inflação do ano anterior mais o percentual de crescimento do PIB de dois anos antes) e o aumento na faixa de isenção do IR serão votadas hoje numa só MP. Os fundos offshore serão mudados via projeto de lei.

Além de um projeto de lei, será enviada uma medida provisória tratando da tributação

dos fundos exclusivos e do Juro sobre Capital Próprio (JCP). O JCP é uma forma de as empresas distribuírem lucros aos acionistas. São medidas para arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões no ano que vem e ajudar na meta de zerar o déficit.

O ministro da Fazenda em exercício, Dario Durigan, disse que a sanção da MP do salário mínimo e IRPF deve ser simultânea ao envio de novos projetos.

— As conversas permitem que a Fazenda siga com a agenda para tributação — disse Durigan, que é o número dois da pasta.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associação, o arcabouço consegue afastar os cenários mais dramáticos, mas não deve ser suficiente para garantir equilíbrio fiscal. — A grande questão é saber o que o governo vai conseguir entregar da parte dele nos próximos anos. O novo arcabouço tem grande necessidade de arrecadação, o que tem de vir via Congresso ou via crescimento, e isso será difícil — avalia. (Colaboração Glaucete Cavalcanti)

“Não existe crise. Não havia combinação. Nenhum líder soube da transposição de uma medida provisória para outra. Isso não foi discutido com o presidente Pacheco (Rodrigo Pacheco, presidente do Senado), com o presidente Arthur, nem com nenhum líder partidário da Câmara”

Arthur Lira, presidente da Câmara (PP-AL)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11